

## Espaço Aberto

### O CNE não vai ter apenas um papel homologatório na BNCC

Abrelivros em Pauta entrevista nesta semana o sociólogo **Cesar Callegari**, diretor da Faculdade SESI-SP de Educação, presidente do Instituto Brasileiro de Sociologia Aplicada – IBSA, e membro do Conselho Nacional de Educação – CNE, onde é presidente da Comissão de Elaboração da Base Nacional Comum Curricular e relator da Comissão de Formação de Professores. Segundo ele, podem ocorrer mudanças na terceira versão da Base, que começará a ser discutida em audiências públicas a partir de 7 de julho em várias regiões brasileiras: “O papel do CNE não é homologar o trabalho que o MEC realizou, embora todos nós possamos reconhecer que há evoluções positivas da primeira para a segunda e da segunda para a terceira

#### Quais são as ações que o CNE está desenvolvendo em relação à BNCC?

O Conselho recebeu a proposta do MEC relativa apenas à Educação Fundamental e à Educação Infantil.

Lamentavelmente a proposta do Ensino Médio não veio junto, e isso é um problema. Mas não é um problema insuperável, pois temos algumas diretrizes tanto para o Ensino Médio quanto para o conjunto da Educação Básica que estão vigentes, que não foram revogadas. E independente de quem vier como proposta para o Ensino Médio, nós temos algumas coisas que podem nos guiar e ter um posicionamento, embora haja questionamentos em relação a isso, no que diz respeito ao próprio enquadramento de como o MEC pode utilizar, respondendo a um mandamento legal, algo que não está completo. A perspectiva do CNE e da comissão, que eu presido, é concluir o nosso trabalho esse ano. Para isso nós organizamos cinco audiências públicas que têm caráter nacional, mas acontecerão uma em cada região do Brasil. Elas vão acontecer a partir do dia sete de julho.

#### Há outras atividades previstas?

Além das audiências públicas, nós vamos desenvolver certas oitavas relativas a setores mais específicos. Por exemplo: na SBPC, teremos uma mesa especial para discutir com a sociedade científica, a partir da reunião anual que vai acontecer em Belo Horizonte; e outra em agosto, mais profunda. Além disso, já estamos um canal que está no site do próprio CNE, que é para receber contribuições dos mais diversos segmentos. Já recebemos vários documentos importantes, e a partir de agora a tendência é que venham mais. As audiências públicas são muito importantes, mas elas têm uma certa limitação. São muitas pessoas, você não tem condições de ter uma discussão de maior profundidade. A ideia é que nas audiências a gente sinta o pulso do país, no que diz respeito ao documento que o MEC apresentou e, ao mesmo tempo, já tenha uma espécie de sustentação oral de alguns documentos mais embasados e que devem ser entregues, ou durante as audiências, ou até onze de setembro.

#### Quais foram as manifestações já recebidas?

A CNBB apresentou um documento querendo que a Base contemple também o ensino religioso. Entidades que representam os movimentos LGBT apresentaram proposta para reinclusão das referências a gênero e orientação sexual que foram retiradas, pois o ministro da Educação resolveu aceitar a pressão dos setores ultraconservadores. Como isso confronta todas as diretrizes atuais da Educação Básica, é possível que elas retornem, embora o trabalho de um colegiado seja sempre decidido pelo voto ao final. Tem todo esse procedimento que já faz parte do CNE: elaborar diretrizes a partir de um trabalho bastante intenso de consulta e participação dos diferentes setores.

#### Já é possível dimensionar as alterações que provavelmente ocorrerão na terceira versão da BNCC?

Eu só posso falar pela minha impressão pessoal, pois é sempre um colegiado que decide, além do trabalho dos relatores, com os quais eu tenho tido uma interação enorme. Eu, Chico Soares e o Joaquim Neto temos conversado todos os dias, estamos fazendo tudo muito juntos. Mas há certas polêmicas desenhadas. Por exemplo, as diretrizes curriculares do Ensino Fundamental hoje apontam que a alfabetização deva ser realizada em um período ou um ciclo dentro de uma etapa de três anos. E isso está baseado no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, cuja constituição foi liderada por mim, que envolve sistema de alfabetização, produção de material didático e formação de professores. As Diretrizes Curriculares, de minha autoria, falam dos três primeiros anos com um período destinado à alfabetização das crianças. A proposta que o MEC apresentou agora procura encurtar esse ciclo. E isso tem consequências, significa a reformulação de programas que estão hoje em andamento em formação dos professores, muito provavelmente um redesenho das coleções de materiais e livros didáticos a serviço do ciclo de alfabetização, uma alteração da Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA, e o mais importante, um diálogo, um debate com centenas de milhares de educadores do Brasil que têm posições a respeito disso.

#### Em sua visão, o que explica essa mudança?

Acredito que o MEC quis sinalizar que a Base proposta por esse atual governo é mais exigente, mais forte. Tentou passar esse sinal, mas isso está longe de ser aceito entre os educadores brasileiros, inclusive por conta dos números. Quais são os momentos onde se dá com maior volume a reprovação no Brasil? Se dá no sexto ano do Ensino Fundamental e, em segundo lugar, no terceiro ano do Ensino Fundamental. Isso mostra concretamente que, mesmo considerando os três anos como um ciclo ou um bloco de alfabetização, uma quantidade enorme de crianças apontada pela ANA não consegue estar alfabetizada num ciclo de até três anos.

#### Por que isso acontece?

Não é por uma leniência, preguiça ou frouxidão dos professores. É porque as crianças brasileiras chegam em condições muito desiguais ao Ensino Fundamental, e as próprias escolas têm condições muito desiguais, e quase todas elas com muitas deficiências relacionadas a prover o desenvolvimento para que as crianças estejam alfabetizadas. Então você vai encurtar mais isso? Há uma polêmica. Então você vai encurtar a isso e nós teremos que decidir. O MEC fez uma proposta, mas o CNE vai ponderar muito em relação a isso, e pode fazer uma proposta totalmente diferente.

A atual equipe do Ministério resolveu cancelar o conceito de direitos e objetivos de aprendizagem e reimplantou uma coisa muito cara ao grupo político que hoje está no Ministério, que é o conceito de competências. No CNE, a tendência é mais dominante nesse instante é a de cair fora essa história de competências. Possivelmente será preciso mexer no texto introdutório, mas vai aliviar bastante certos níveis de detalhes que estão hoje nas habilidades. Da forma como estão definidas essas competências, estão com cara de currículo prescrito, aquele conjunto de detalhes ano a ano. Vamos ter que fazer os alertas e, possivelmente, vão ocorrer alterações para mostrar que o conceito de competências diz respeito muito mais a currículo, e não à BNCC, que tem que falar não sobre como fazer, mas sim o que deve ser assegurado apenas. Tem muito trabalho pela frente, mas espero que dê tempo para se fazer até o final do ano.

#### Há outros pontos polêmicos?

Na área de Língua Portuguesa temos muitos problemas relacionados a hipóteses que precisarão ser melhoradas. Em História também há a polêmica insinuada pelas entidades que se congregam em torno do Ensino Fundamental de História. Já ocorreram manifestações críticas em relação ao fato dessa versão voltar a trazer um desenvolvimento cronológico da História. O problema é que vamos ter que ver as melhores soluções que o país tem desenvolvido. Enfim, está um pouco cedo para dizermos o que vai acontecer. É possível que o CNE apresente alterações. Nosso papel não é homologar o trabalho que o MEC realizou, embora todos nós podemos reconhecer que há evoluções positivas da primeira para a segunda e da segunda para a terceira versão. Muita coisa melhorou.

#### Quais os principais ganhos e as principais lacunas dessa terceira versão?

Há muitos ganhos, no sentido de uma ênfase maior em relação às ações protagonistas por parte das estudantes. Você aprende quando cria, aquela ideia antiga que o aluno é uma tábua rasa, que todo conhecimento está detido pelo professor e ele apenas passa e o aluno recebe conceitualmente está superada, embora esse conceito ainda esteja muito presente na realidade da educação brasileira. Outra coisa que eu considero positiva é que se alinharam de uma melhor forma a progressão proposta para cada um dos componentes, o que permite que as escolhas curriculares feitas pelas escolas dialoguem. Isso permite também que os professores tenham uma visão melhor do que devem esperar dos seus alunos, e como devem deixá-los para fins de progressão.

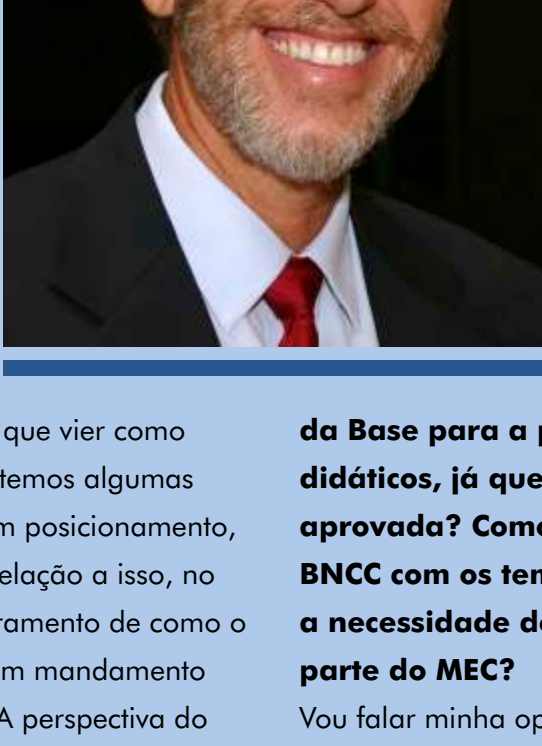
É um ponto bem positivo e permite uma melhor localização e uma melhor integração.

Uma das tarefas que temos que realizar no CNE é dar uma ênfase, dar um alerta no final de cada linha, de que a Base não é currículo. Ela deve permitir uma possibilidade infinita de combinações e tomadas de decisões por parte das escolas, das redes de ensino e dos professores. Nós temos que imaginar sempre que, embora com a existência de uma Base, os currículos estarão abertos e, a partir desse processo de experimentalismo, da integração entre as disciplinas e áreas do conhecimento, você já possa desenvolver uma educação mais contextualizada, mais significativa por parte dos alunos. A educação baseada em projetos é um avanço, é uma tendência global muito facilitada pelos meios tecnológicos que permitem o

versão”. Além disso, o educador destacou a importância de os editores de livros didáticos participarem das discussões: “Nossa expectativa é a de que, além das editoras, os autores e pesquisadores em livros que estão em torno dos meios didáticos participem ativamente nessa fase. Eu acho que é um patrimônio importante que o país tem. É uma experiência acumulada. Temos que desmistificar essa história de que o mercado editorial é o setor do dinheiro. Na minha visão, as editoras são parceiros estratégicos do desenvolvimento educacional brasileiro”.

Cesar foi secretário municipal de Educação de São Paulo, secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, diretor de operações do SESI-SP e membro do Conselho de Governança do Movimento Todos pela Educação. Foi ainda secretário executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia e presidente do Conselho da FINEP. Foi deputado estadual por dois mandatos e é autor de vários trabalhos publicados sobre educação pública.

Confira a íntegra da entrevista.



gerenciamento dos trabalhos colaborativos, em grupo, de autoria. Antigamente era difícil. O clássico era um fazer o projeto e quatro ou cinco pegarem carona. Hoje em dia você tem sistemas que permitem que a contribuição de cada um fique evidenciada, que o trabalho autoral apareça. Essas novidades são importantes.

#### Você concorda com a afirmação que diz que é prematura a utilização

#### da Base para a produção de materiais didáticos, já que ela ainda não está aprovada? Como conciliar a adaptação à BNCC com os tempos de produção de livros e a necessidade de aquisição de material por parte do MEC?

Vou falar minha opinião pessoal. O primado desse processo todo é que crianças e professores tenham livros no momento adequado e de boa qualidade. Há de fato uma necessidade de comprar, embora você tenha possibilidades diferentes. Em tese haveria a possibilidade de você fazer a utilização do catálogo anterior por mais um ano, submetendo mais uma vez o catálogo anterior ao processo de escolha por parte das redes e dos professores. Não seria uma recompra, seria usar o mesmo catálogo para uma outra compra. Essa seria uma possibilidade que estava ou está na mesa. O MEC tem até o direito de dizer o que quer para o processo de compra, mas acho que ele cria uma confusão ao se referir à BNCC, ela não existe. Há uma proposta, isso cria uma confusão. O MEC está entendendo que o CNE vai ter um papel apenas homologatório? Se estiver entendendo isso, está totalmente equivocado, porque isso não vai acontecer. Nós vamos fazer cinco audiências públicas, vamos receber milhares de documentos. Eu vou atuar como conselheiro na perspectiva de defender o interesse maior: as crianças e seus professores nas escolas brasileiras devem ter livros de boa qualidade no momento em que precisam. As disputas em relação a isso não podem prejudicar ou atingir esse direito.

Temos que trabalhar no sentido de haver uma convergência, um bom senso para que as coisas funcionem bem. Vou dar um exemplo: se há uma insegurança a respeito do que é o ciclo de alfabetização, talvez o correto até mesmo na minuta do edital ou do edital que virá, é não falar de três ou dois anos. O documento fala explicitamente em dois anos, mas as diretrizes curriculares para o Ensino Fundamental falam em três anos. Acho que uma coisa inteligente seria não falar de tempo, mas falar nos cinco anos do Ensino Fundamental como o período destinado à alfabetização das crianças. Como os currículos serão construídos de acordo com as melhores possibilidades para as escolas adotarem, que se trate de livros ou materiais didáticos para os cinco anos, e não por blocos ou coleções amarradas.

#### Com todo seu conhecimento, quais as principais mudanças que deverão ocorrer nos livros didáticos, visando adaptá-los às novas ideias que vêm sendo discutidas na BNCC?

#### Que dicas você daria para os editores?

É difícil, mas eu vejo que experiências muito bem-sucedidas em matéria de educação são todas ligadas a um processo que garante que os alunos tenham cada vez mais um papel autoral no seu desenvolvimento, um processo autoral de natureza colaborativa; que o experimentalismo seja um método presente, independente de todas as outras opções que escolas e professores vão adotar no desenvolvimento curricular. Acho que, de uma forma genérica, sempre é preciso fazer com que os conteúdos presentes nos livros e materiais didáticos estejam a serviço de possibilidades criativas e experimentais à disposição dos estudantes, como uma maneira prática de aprendizagem. Por exemplo, uma questão no caso da História, que vem para o debate, é o pensar a História como se fosse uma “cebola”, você vai criando cascas, começa com a comunidade e vai ampliando. No meu modo de entender, é uma forma ultrapassada de pensar. O bairro pode continuar sendo muito desinteressante se o aluno não estiver se relacionando com o mundo de antes, o de agora e o de depois. Deve-se tentar tudo o que pode favorecer o nível mais amplo possível de experimentação, buscando informações e aproveitando a experiência de agentes educacionais com consciência crítica. Acho que a tendência é essa.

#### A formação dos professores é um problema?

Isso é o principal problema nosso, temos dois milhões de professores que fazem o que podem e não o que é necessário. O desafio que vem da Base é um trabalho formativo em grande escala, e com grande objetividade. Claro que a Base vai ajudar muito, pois há grande dispersão de energias no processo formativo. O que se investe em educação continuada no Brasil hoje é uma coisa escandalosa. E não funciona porque não tem foco, frequentemente alimenta a lógica da carreira dos professores, que é legítima, mas na rede pública qualquer tipo de certificado vale ponto, vale salário. Então vira uma indústria absolutamente desfocada em relação às reais necessidades do processo de ensino e aprendizagem. A Base deve dar mais objetividade, e vai ensinar um trabalho de formação muito grande, tanto para os novos professores como para a formação continuada. Nesse sentido, eu acho que todos os que trabalham com a formação de multimeios na área da educação devem estar mobilizados para essa atividade formativa, inclusive as editoras. Muitas já fazem o que vou falar, mas a melhor maneira de divulgar os seus produtos é em atividades de formação e informação. Os editores e os autores de livros devem ser fortemente mobilizados nessa direção.

#### Quais os principais problemas na implantação da Base?

Os problemas de infraestrutura das escolas são sérios, desde a ausência dos professores para dar aula até a falta de laboratórios, ambientes, materiais, conectividade. Isso está muito ameaçado no Brasil, com a crise estamos experimentando uma queda acentuada dos recursos disponíveis para a Educação Básica. Os recursos do Fundeb, que é a principal fonte de financiamento, têm decaído pelo quarto ano consecutivo. A própria legislação nacional, que limitou os gastos do governo federal, pode produzir ao longo desse período perdas para a área de educação que ultrapassam os trezentos bilhões de reais. Isso é muito sério. E pode ser até maior. Da mesma maneira que o governo federal reimplantou a DRU – Desvinculação de Receitas da União, Estados e municípios pressionam para que possam fazer isso também. O financiamento da educação no Brasil, que foi uma das principais lutas do Plano Nacional da Educação para ter 10% do PIB para a Educação, está seriamente ameaçado. E se nós não investirmos mais e melhor, nosso futuro não é bom.

#### Como você vê o papel das editoras?

Em primeiro lugar eu tenho uma expectativa de que as editoras, com todo o acúmulo de conhecimento, tecnologias e vivências junto às escolas, participem mais intensamente dessa fase final da BNCC de Educação Infantil e Fundamental. Além das editoras e autores, pesquisadores em livros que estão em torno dos meios didáticos também devem participar ativamente. Eu acho que é um patrimônio importante que o país tem. É uma experiência acumulada. Temos que desmistificar essa história de que é o setor do dinheiro. Na minha visão as editoras são parceiros estratégicos do desenvolvimento educacional brasileiro. E por isso tenho a expectativa de que participem muito nesse momento. E para o ano que vem, da Reforma do Ensino Médio, essa situação ainda será mais desafiadora. Embora seja uma lei, é muito problemática e está sinalizando algo que precisa ser combatido. A ideia de uma base curricular apauquerada, limitada dentro do que caberia dentro de 1800 horas. Não queremos um currículo com uma educação pobre para pobres, na contramão de tudo o que o mundo está tentando fazer hoje, e produzir uma quantidade gigantesca de conhecimentos e informações.

#### Fale-nos um pouco da Faculdade de Educação do SESI, qual seu diferencial?

Estamos trabalhando por área de conhecimento, estamos enfrentando o antigo problema da fragmentação curricular. O professor aprende de maneira integrada e de forma contextualizada. Estamos formando professores da maneira que acreditamos que eles devam ensinar quando forem professores. A prática está garantida desde os primeiros dias de aula, os alunos realizam estágios em escolas desde o primeiro dia, e o que vivenciam é matéria-prima do cotidiano da aprendizagem. Essas coisas não são novas em termos de ideias educativas, mas aqui estamos fazendo com que elas aconteçam. O nosso estudante é um estudante típico de classes de renda baixa que vieram trazendo deficiências severas da educação básica formativa, com problemas de sobrevivência enquanto estudam. Aqui fica quem quer. São poucos, mas temos aqueles que realmente querem ser professores.

## Espaço dos Associados

- “Seja Mudança – Um movimento que tem tudo a ver com todos nós.” Essa é a campanha que está no ar no site e no facebook das [Edições SM](#), incentivando o conceito de que a educação é a grande mudança em nossas vidas, um processo que desenvolve as nossas capacidades e nos faz crescer. A proposta é: Vamos criar, juntos, um novo movimento na Educação? [Confira](#)

- O Ministério da Educação – MEC – usa três indicadores de Qualidade da Educação Superior para avaliar os cursos e as instituições, em uma escala de 1 a 5. Agora a [Editora Saraiva](#), e a startup educacional mineira AppProva lançaram a plataforma [Resultado Enade](#), para auxiliar as instituições de educação superior a mapear e utilizar os indicadores de forma mais estratégica.

- Em tempos de valorizar a ética e a cidadania, o [Grupo Ibpex Educação](#) criou um código de conduta para todos os seus funcionários, colaboradores diretos e indiretos e a própria direção da empresa, buscando incentivar posturas que assegurem um ambiente de trabalho respeitoso e agradável. [Acesse o documento](#)



A Biblioteca de Cambridge abriu para o público seus arquivos em alta resolução sobre história das religiões, das civilizações e das ciências. São mais de 25 mil imagens fac-similares de documentos importantes para a história da humanidade.

Veja